

INDÚSTRIA

O caráter efêmero da retomada industrial

*Flávio Fligenspan**

A indústria de transformação brasileira

Podem ser apontados os meses de abril e, principalmente, maio de 1989 — quando a taxa de crescimento da produção industrial em relação ao mesmo mês do ano anterior voltou a ser positiva — como o ponto de partida para a recuperação que se tem verificado na indústria de transformação brasileira. De fato, conforme fica claro ao examinar-se a Tabela 4, é a partir dessa época que as taxas de crescimento acumuladas iniciam um processo de reversão de tendência, assumindo valores cada vez menos negativos e culminando com os 0,52% positivos registrados entre janeiro e agosto de 1989, em comparação com idêntico período do ano precedente. Essa retomada da produção veio acompanhada de uma recuperação nos números do emprego industrial, que passaram a apresentar taxas de crescimento mais expressivas que as da produção. Uma das possíveis explicações para tal disparidade está associada ao chamado "efeito Constituinte", que forçou a contratação de mais trabalhadores, quer pela diminuição da jornada semanal e pelo aumento da remuneração das horas extras, quer pela obrigatoriedade de mais um turno de trabalho em empresas com processos contínuos de produção.

Assim, por exemplo, o Ministério do Trabalho assinala uma taxa de incremento do número de empregados na indústria de transformação de 1,51% de janeiro a julho do corrente ano, em relação aos mesmos meses de 1988. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por sua vez, também aponta claramente essa disparidade, ao detectar que a variável **horas trabalhadas na produção** se caracteriza por um crescimento negativo ao longo de 1989, enquanto o **total de pessoal ocupado** se mostra em expansão.

Analisando-se mais detidamente a Tabela 4, pode-se avaliar o comportamento das diversas categorias de uso. Observa-se que a categoria bens de consumo foi a que se posicionou à frente nesse movimento de recuperação da produção, com destaque para os bens de consumo duráveis, que, na taxa anualizada (12 meses), não chegaram a assumir valores negativos, e, na taxa acumulada no ano, exibem uma marca relativamente alta em agosto (3,41%). Deve-se igualmente chamar atenção para o desempenho dos bens de

* Economista da FEE e Professor da UFRGS.

capital pela rapidez com que vêm superando uma situação que se mostrava muito difícil até abril (taxa acumulada no ano de -13,35%), passando em agosto para uma taxa de -3,21%. Essa reversão é devida à ocorrência de taxas mensais elevadas, quais sejam, 5,8% em junho, 10,9% em julho e 14,0% em agosto, sempre com referência aos mesmos meses do ano anterior.

Tabela 4

Taxas de crescimento da produção industrial, por categorias de uso, no Brasil — 1989

	(%)							
DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO
Acumulada no ano (1)								
Indústria de transformação ..	-2,23	-6,10	-7,22	-6,00	-3,68	-2,19	-0,67	0,52
Bens de capital	0,97	-5,76	12,18	-13,35	-11,68	-8,59	-5,75	-3,21
Bens intermediários	-2,64	-5,62	-6,08	-4,80	-2,62	-1,55	-0,52	0,31
Bens de consumo	-0,84	-4,98	-5,67	-4,10	-1,69	-0,53	0,65	1,81
Duráveis	15,16	4,85	-0,12	-2,20	-1,32	-0,07	2,32	3,41
Não duráveis	-4,10	-7,13	-6,97	-4,56	-1,79	-0,65	0,25	1,43
Acumulada em 12 meses (2)								
Indústria de transformação ..	-2,85	-2,85	-1,97	-3,09	-2,18	-1,95	-1,46	-1,30
Bens de capital	-1,22	-1,76	-4,36	-5,31	-5,35	-4,83	-3,79	-3,40
Bens intermediários	-1,82	-2,05	-2,64	-2,29	-1,48	-1,42	-1,07	-1,16
Bens de consumo	-2,75	-2,37	-2,92	-1,98	-0,78	-0,68	-0,58	-0,61
Duráveis	2,94	4,07	2,72	3,03	3,63	3,79	3,37	2,24
Não duráveis	-4,06	-3,84	-4,22	-3,14	-1,80	-1,71	-1,50	-1,29

FONTE: IBGE.

- (1) Produção acumulada no ano, de janeiro até o mês de referência, em relação a igual período do ano anterior.
(2) produção acumulada nos últimos 12 meses até o mês de referência, em relação aos 12 meses imediatamente anteriores.

Tratar-se-á agora de algumas conjecturas capazes de explicar a evolução favorável constatada. Assim, os meses de abril, maio e junho podem ser caracterizados como sendo de antecipação de compras por parte dos consumidores finais, que buscavam fugir ao descongelamento e se precaver contra uma possível disparada dos preços. Da mesma forma, foram meses de comercialização de uma safra agrícola considerada boa, o que fortaleceu o movimento de vendas registrado pelo comércio. Soma-se a esses dois fatores uma corrida por parte das empresas industriais (assim como por aquelas do comércio) visando não só a recompor os estoques em geral como à sua formação em níveis mais elevados do que os usuais, numa tentativa de preservar-se em relação a futuros aumentos descontrolados dos preços. Nem mesmo as altas taxas de juros oferecidas pelo mercado financeiro, "puxadas" pelos títulos públicos, foram suficientes para pôr um freio efetivo a esse movimento de troca de ativos monetários por ativos reais. Nesse contexto, passou-se a assistir ao saque das poupanças individuais por consumidores amedrontados pela possibilidade de perda do valor real de suas reservas e, também, à expansão da demanda de matérias-primas e bens de capital por parte das empresas.

Na realidade, é bastante simples o comportamento dos agentes econômicos, traduzindo-se por uma tomada rápida de decisão, antes que se torne inviável a opção. É assim que se explica o incremento da produção, inclusive em termos dos bens de capital — caso típico das máquinas agrícolas, que passaram a ser uma das melhores opções para a aplicação dos resultados da safra. É pelo mesmo raciocínio que podem ser compreendidos, pelo menos parcialmente, os 17,0% de aumento nas importações de insumos industriais verificados nos primeiros sete meses do corrente ano (GM, 6.9.89, p.3) e os 17,8% nas de bens de capital durante os primeiros oito meses³ (DCI, 22.9.89, p.11). Nesse mesmo movimento, pode ser enquadrado o crescimento da demanda de automóveis — bens com capacidade de reserva de valor e liquidez —, assim como a "explosão" dos lançamentos imobiliários de faixa média/alta. Neste último caso, o atrativo da liquidez pode não ser tão forte, dependendo da conjuntura, mas o da reserva de valor é certamente importante.

Em suma, trata-se de um aquecimento da demanda e da produção que não pode mais ser visualizado como uma simples "bolha" (de curtíssimo prazo), uma vez que agosto confirmou o movimento anterior, o mesmo devendo reproduzir-se em setembro e outubro. Ainda assim, não é possível considerar a existência de nenhum elemento de sustentação, em prazo mais longo, dessa expansão industrial, nem mesmo se se levar em conta o incremento recente da produção dos bens de capital. Trata-se muito mais de uma crise de confiança no futuro do que de um projeto articulado e consistente. Ironicamente, é a própria crise que dá um fôlego curto ao relançamento da produção industrial, na medida em que o mecanismo de correção monetária, associado às altas taxas de juros reais ou não, corrige mais devidamente os ativos monetários, ou é suplantado por expectativas de calote, mesmo que parcial, da dívida interna e pela proximidade de uma hiperinflação.⁴

Quanto à projeção para o final do ano, é possível trabalhar-se com a hipótese de uma taxa de crescimento levemente positiva da produção industrial. De fato, é razoável admitir que a referida taxa não deve al-

³ Concorre para esses incrementos uma reconhecida defasagem cambial.

⁴ É interessante observar como se reproduz, ainda que em outros moldes, o mecanismo descrito por Ignácio Rangel para os anos 50 e 60 — inflação alta aquecendo a economia na ausência de correção monetária. Antes, era a falta de confiança na moeda e a iminente possibilidade de perda da função reserva de valor que forçavam sua aplicação em ativos reais. Agora, são os mesmos aspectos que se aplicam ao mecanismo da correção monetária (BTN) e acabam gerando um efeito similar — por pouco tempo, é claro.

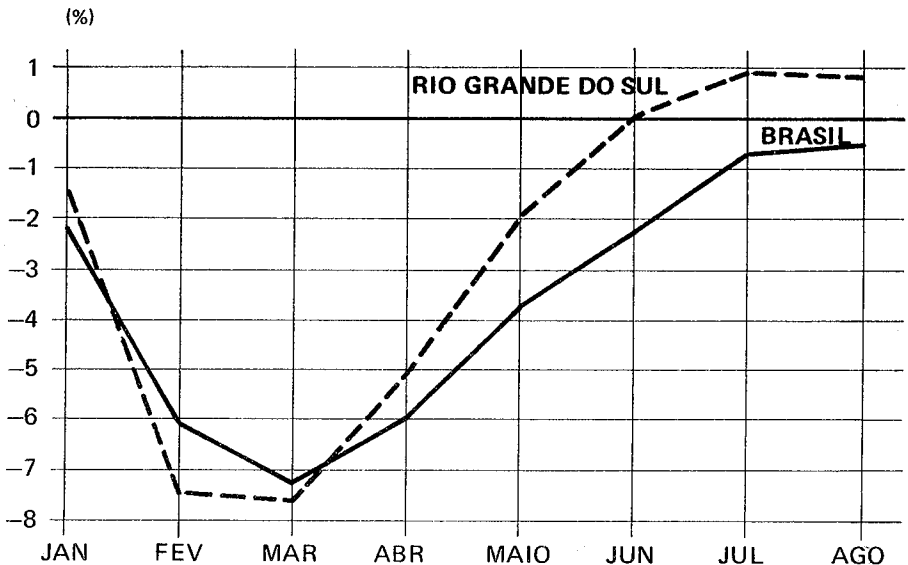
cançar um patamar elevado, pois, mesmo tendo uma fraca base de comparação (os últimos quatro meses de 1988), cabe lembrar que os níveis dos estoques, em média, são elevados, não sendo de esperar uma preparação para o aquecimento das vendas de final de ano nos moldes tradicionais.

A indústria de transformação gaúcha

A exemplo da indústria de transformação brasileira, os meses de abril e maio também marcaram o início de um processo de recuperação para a indústria gaúcha, com taxas mensais positivas que começaram a amenizar a queda da taxa acumulada no ano, a ponto de torná-la positiva a partir de junho. Esse movimento é evidenciado no Gráfico 2, que mostra também uma pequena vantagem das taxas da indústria gaúcha em relação às da brasileira, a partir do segundo trimestre do ano.

GRÁFICO 2

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO SUL – 1989



FONTE: IBGE.

NOTA: Produção acumulada no ano, de janeiro até o mês de referência, em relação a igual período do ano anterior.

Contribuiu para o crescimento da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 0,83% no período acumulado de janeiro a agosto de 1989 — o desempenho de alguns gêneros a seguir destacados.

O gênero fumo apresentou um crescimento acumulado, nos primeiros oito meses do ano, de 5,11%, resultado de uma safra que pode ser considerada boa, principalmente em comparação com a safra frustrada de 1988. Os gêneros bebidas e material elétrico e de comunicações também obtiveram boas taxas de crescimento, de 5,04% e 8,45% respectivamente; mas coube à mecânica, pelo seu peso na estrutura industrial gaúcha, o maior destaque positivo, acumulando uma taxa de 12,14% de janeiro a agosto de 1989. Boa parte desse desempenho deve ser creditado a aspectos já mencionados na análise da indústria brasileira, quais sejam, os bons resultados da safra de verão 1988/89 e a opção pela transformação desses resultados em ativos reais. Assim, as máquinas agrícolas parecem ter obtido as preferências de inversão e "puxaram" a produção do gênero.

Essa questão — a da busca de ativos reais — pode ser lembrada também para tentar explicar a diferença verificada nos indicadores industriais do Rio Grande do Sul do CEAG/IDERGS, onde a variável compras apresentou um crescimento de 8,63%, e a variável vendas, uma queda de 29,16% no período de janeiro a agosto. Essa evolução bastante diferenciada pode estar vinculada a um aumento dos estoques, outra forma de se precaver contra um possível descontrole de preços.⁵

Voltando à observação de alguns gêneros selecionados, cabe lembrar os bons resultados de minerais Não-metálicos e de papel e papelão — 18,07% e 5,61% respectivamente. Esses são gêneros vinculados indiretamente ao consumo final, mas pode-se dizer que foram influenciados pela expansão de consumo através do gênero bebidas (produção de frascos de vidro), no primeiro caso, e de embalagens, no segundo (Indic. Conj. Indústria, 1989). Finalmente, e por conta dos destaques negativos, há os decréscimos de produção de química (10,99%) e de produtos alimentares (6,29%), acompanhando os resultados verificados para o Brasil, porém com um pouco mais de intensidade.

⁵ Se é verdade que as vendas para o Exterior são as que mostram a maior queda, sendo o reflexo, inclusive, de uma reclamada defasagem cambial — constituindo-se no maior motivo para a retração nas vendas de calçados, por exemplo —, também é verdade que todos os outros destinos das vendas apresentam igualmente desempenhos negativos.